

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.005](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.005)

A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL NA PARAÍBA (1930-1960)

Luciene Chaves de Aquino

Graduada em Pedagogia, com mestrado (2002) e doutorado (2007) em Educação pela UFRN. Professora na Universidade Federal da Paraíba/UEPB, CCHSA/Campus III. Ministra os Componentes Curriculares: História da Educação, Fundamentos Sócio-Históricos da Educação, Relações Etnorraciais, Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Didática, entre outras. Atua em coordenação e participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão na área de história da educação, memória, gênero, etnia com ênfase nos temas: história das instituições educativas e história da formação docente. lca@academico.ufpb.br

RESUMO

O estudo objetiva compreender o modo e as circunstâncias em que se deu a expansão dos cursos normais no Estado da Paraíba no período de 1930 a 1960. Para tanto, adotou-se os referenciais teóricos metodológicos da História Cultural, sobretudo no tocante a ampliação do olhar para os arquivos, uso e tratamento das fontes documentais, problematizando-as pelas questões: o quantitativo de cursos normais públicos, privados e filantrópicos na Paraíba e o posicionamento governamental em relação a formação docente; E, as circunstâncias em que se deu a criação dos cursos normais nos diferentes municípios, situando as instituições em que estes funcionaram. A pesquisa ocorreu nos lugares de memória, em acervos físicos e digitais (Hemeroteca Digital e repositórios institucionais, entre outros). Foram identificadas 21 instituições devotadas ao ensino normal, em diferentes municípios do Estado da Paraíba até 1959. Entre essas, constatou-se apenas 01 pública, a Escola Normal de João Pessoa, e 20 instituições particulares e subvencionadas pelo governo, assim distribuídas: 03 eram laicas e 17 confessionais, sendo 14 colégios dirigidos por freiras e 03 por párocos locais. Conclui-se então, que os cursos normais eram ofertados

majoritariamente por escolas confessionais, católicas e dedicadas à educação feminina. Percebe-se ações intencionais por parte do Estado, em defesa da catolicidade, firmando-se aí, uma aliança na tríade estado/catolicismo/setor privado, que fortalecia a união entre educação e religião, a fim formar as novas gerações assentadas em valores morais, cristãos e católicos.

Palavras-chave: Curso normal, Ensino confessional, Formação docente.

INTRODUÇÃO

Trata-se de um estudo situado no campo da história da educação tendo como objeto de estudo 'a expansão do ensino normal no Estado da Paraíba no período de 1930 a 1960'. A história da formação docente tem sido tema recorrente nas produções em história da educação brasileira. Entretanto, ainda há muito o que ser desvelado sobre os espaços formativos para professoras do ensino primário no âmbito de cada Estado. Disto isto, justifica-se a essencialidade de entender o desenvolvimento do ensino normal do Estado paraibano, conduzido por algumas indagações: Qual o quantitativo de cursos normais públicos, privados e filantrópicos no estado da Paraíba e a postura governamental no tocante a expansão da formação docente? Em que circunstâncias ocorreu a expansão do ensino normal na Paraíba, e em quais instituições os cursos funcionaram no período de 1930 a 1960?. Assim sendo, este estudo tem por objetivo compreender o modo e as circunstâncias em que se deu a expansão dos cursos normais na Paraíba, situando as instituições de formação docente que funcionaram no período de 1930 a 1960. A inquirição trilhou diferentes caminhos da pesquisa histórica, norteadas pelo método histórico documental, dialogando e orientando-se com o que afirma MAGALHÃES (2005) sobre o conhecimento histórico como instrumento de compreensão da realidade e a história da educação como

um discurso científico sobre o passado educacional, nas suas diversas dimensões e acepções, [...] é memória e paradigma. É memória educacional enquanto preservação, organização e comunicação de materiais museológicos e arquivísticos, e enquanto repositório de recordações e representações verbais (orais e escritos), emocionais, afetivas, fisiológicas, organizadas, quer em quadros biográficos e gripais, quer tomando por base referentes institucionais e sócio-comunitários. (MAGALHÃES, 2005, p. 97-98).

A pesquisa histórico documental contribui para a preservação da memória da educação, na medida em que restitui temáticas e localização de acervos diversos, bem como promove a difusão da

história da educação local, resguardando o seu protagonismo nos processos educativos desenvolvidos no município, pois o

labor historiográfico sobre os municípios inclui a busca e a reconstituição de testemunhos e de fontes, frequentemente a partir de fragmentos e de indícios [...]. A mistura de dados dificulta o acesso ao singular e os vazios de informação impedem a observação de permanências e regularidades. (MAGALHÃES, 2019, p. 3).

Nessa direção, a História Cultural é adotada como abordagem teórico-metodológico, especialmente no que toca a ampliação do olhar para os arquivos, suas fontes e novos olhares, formas de usos e questionamentos.

A História da Educação é uma das maneiras de abordar o presente tornando-o estranho, questionando-o, em busca de respostas para que possamos compreendê-lo. O caminho para isso é a investigação a fim de reconstituir/reconstruir aspectos ou pedaços da história, para entendê-los em seus fragmentos, em suas incertezas (LOPES; GALVÃO, 2001). Portanto, permite um olhar para o passado com os olhos do presente, não somente para buscar o desconhecido, mas para construir um novo olhar sobre o passado. Nessa perspectiva, parte-se da compreensão de que, na pesquisa histórica, a relação passado/presente é fundamental para a compreensão da importância de determinada instituição educativa para uma dada época, em termos de sua dinâmica interna de desenvolvimento e das relações estabelecidas com a sociedade.

Com efeito, o processo investigativo constitui-se de idas e vindas nos lugares de memória, em espaços físicos e virtuais, Hemeroteca Digital e repositórios institucionais, entre outros, a fim de identificar fontes documentais produzidos à época, bem como localizar a produção científica no campo da história da educação que tratam da trajetória das escolas normais citadas (monografias de graduação e de especialização, dissertações, teses, artigos) publicadas em periódicos, anais de congresso, livros digitais, impressos, etc.

A pesquisa em acervos digitais tem contribuído para a democratização de acesso a fontes históricas e também para a preservação da memória, coletiva e individual, das instituições, dos

lugares, dos indivíduos, etc. “Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-los” (BURKE, 1992, p. 126). A diversidade de modos de pesquisas e de evidências possibilitam o cruzamento das informações extraídas dos materiais didáticos, no ato de análise e interpretação das fontes para o entendimento da dinâmica da educação em diferentes contextos. “Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda sorte”. (BLOCH, 2001, p. 82). Entretanto, não se pode deixar de considerar que o conhecimento histórico é indispensável na construção de identidade, sob o ponto de vista pedagógico – didático é importante ter em conta o tratamento da memória longa das populações, que nos permite explicar diferentes ritmos de evolução. (BITTENCOURT, 2004).

O ENSINO NORMAL NA PARAÍBA: DO IDEAL DE ESCOLAS OFICIAIS À REALIDADE DE ESCOLAS SUBVENCIONADAS

O tema em apreço ‘a expansão do ensino normal na Paraíba entre as décadas de 1930 a 1960’, compreende o período em que ocorreu a implantação de sucessivas reformas na educação pública paraibana, a começar pela Lei nº 16 de 13 de dezembro de 1935, instituída no governo de Argemiro de Figueirêdo, que reorganizou a Instrução do Estado e criou o Departamento de Educação. (PARAÍBA, LEI Nº 16, 1936; MELLO, 1956).

Esta época remete ao processo de consolidação do entendimento da essencialidade da profissionalização docente, tomada como aspecto de modernização, compondo um discurso da concepção do ato de ensinar como atribuição de “um corpo de funcionários públicos encarregados de desenvolver a tarefa de transmissão de conhecimentos” (VILLELA, 2008, p. 29). A criação de escolas normais apontava para o fato de que o exercício da docência, requer conhecimentos técnico científico específicos ao ato educativo, inerentes a profissionais qualificados para tal finalidade, ao mesmo tempo em que, suscita questionamentos sobre o domínio dos(as)

religiosos(as) nesse campo, e dos diversos profissionais que assumiam o magistério como segunda ocupação.

Observando-se o movimento educacional da Paraíba por volta da metade do século XX, sobressai a percepção de que a partir de 1935, houve um certo avanço na marcha da criação de cursos normais em instituições privadas, equiparadas à Escola Normal Oficial, os quais eram exaltados como um meio eficaz de difusão da formação docente paraibana, contando inclusive com subsídios financeiros do Estado.

Tal percepção se assenta na constatação de que até 1936, havia apenas uma (1) escola normal pública, e, quatro (4) escolas normais particulares subvencionadas e equiparadas à Escola Normal Oficial, conforme ressalta o Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas – Professor e diretor do recém-criado Departamento de Educação em discurso proferido no ano de 1935, por ocasião da colação de grau de uma turma da Escola Normal de João Pessoa ao afirmar que,

Sob o amparo do Governo prosperam numerosas escolas primarias, collegios, e alguns institutos de caráter profissional tanto na capital como no interior". [...] "Além das escolas normaes equiparadas de *Cajazeiras, Campina Grande, Bananeiras, e Alagoa Grande*, que teem sua dotação, outras muitas instituições escolares há que são igualmente subvencionadas, merecendo especial menção o Instituto Commercial João Pessoa", o Instituto Profissional S. José", o Grupo "S. Antonio", com sua escola profissional anexa sob direção dos Religiosos Franciscanos". (DANTAS, 1936, p. 34-35. Grifos nosso).

O pronunciamento do diretor do Departamento de Educação sobre a Instrução Pública da Paraíba, acena para uma inclinação governamental de incentivar instituições de ensino particular por meio de subsídios públicos, entre estas as escolas confessionais, enquanto política de Estado. Na sequência de sua fala, Pedro Anísio Dantas reitera que "a escola, como cumpre, prolongamento do lar, toda penetrada na religião, com a nobreza, galhardia e santidade que constituem o padrão de glorias da família brasileira e ver-se-á de quanto ella é capaz". (DANTAS, 1936, p. 12).

O religioso (diretor do Departamento de Educação) ainda acrescenta que “Uma das feições mais sympathicas do Governo do dr. Argemiro de Figueirêdo é a proteção dispensada aos institutos educativos de iniciativa particular”, (DANTAS, 1936, p. 34). A narrativa do conferencista demonstra a intensão em alinhar educação e formação religiosa, pela via da escola particular, fortalecendo e ampliando a aliança da tríade estado/igreja católica/setor privado. Esta articulação se expressa também pela ocupação de membros da igreja católica em cargos da educação pública, conectando as pontas e arrematando o nó dessa aliança.

Cabe ressaltar que, este não era um movimento específico da paraíba, considerando que a criação de escolas e fundações a pedido dos bispos, das congregações religiosas multiplicam-se com rapidez, pois na

falta de recursos humanos e materiais do Estado para a Educação, a Escola Particular Católica ocupa os espaços vazios, sobretudo no ensino secundário. Ao lado disso, havia sempre a vontade de recuperação de uma posição de influência e de poder social que a Igreja perdera quando da proclamação da República. Então, ela se preocupou especialmente com a formação das elites, uma vez que suas escolas se tornaram caras para a maioria da população. (ALVES, 2002, p. 20).

Se por um lado, o avanço das escolas normais particulares e confessionais fortalecia os ânimos da ala religiosa, por outro lado, a proliferação desses estabelecimentos preocupava parte dos educadores liberais da época, engajados na defesa do ensino público e gratuito para a população, de acordo com os ideais explicitados pelo liberalismo. No entanto, a iniciativa de abrir escolas particulares obtinha apoio de amplos setores e mesmo do próprio governo, numa forma de restringir gastos com educação (ALMEIDA, 2014).

Assim, a expansão do ensino normal vai ocorrer em vários estados, após a instituição da denominada Lei Orgânica do Ensino Normal de N^o 850 de 1946, decreto federal que regulamentou os cursos normais em nível nacional (BRASIL, 1946). A partir daí, foram expedidas no Estado da Paraíba, uma sequência de leis estaduais a fim de adaptar o ensino normal às normas gerais, a saber: o

Decreto-Lei Nº 921 de 1946, seguido pelas Leis nº 722, que criou a Superintendência do Ensino Normal, e a de Nº 850, que reestruturo o ensino normal, ambas em 1952. (PARAÍBA, 1946; 1952a; 1952b). Estas normativas tinham o propósito de ajustar o ensino normal paraibano às regras gerais da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946.

As Escolas Normais surgiram no Brasil Império, em diversas províncias, sendo a da Paraíba, criada 1884, instalada em 1885, ao lado do Liceu Paraibano, na capital da província. (KULESZA, 2008). Inicialmente, as Escolas Normais eram frequentadas por rapazes, mas na passagem do século XIX para o XX, já tinham sua frequência majoritariamente feminina, bem como as mulheres já eram maioria no magistério primário público. Tais escolas tornaram-se redutos de moças que buscavam a instrução ou o trabalho remunerado, não só no Brasil, mas também em outros países, afinal o processo de feminização do magistério foi uma tendência mundial (APPLE, 1995).

Nas primeiras décadas do século XX as escolas normais se consolidam como instituição de formação de professoras primário. Porém, a forma de difusão realçaria os contornos da política educacional de cada estado, e, dava o tom da expansão do ensino primário público, que impulsionou os cursos normais, mediante o reconhecimento do ofício da docência e da formação de professores, como elemento constitutivo do projeto de constituição do Estado-Nação moderno.

Ressalta-se então, as circunstâncias em que ocorreu a expansão dos cursos normais na Paraíba, e as instituições em que estes funcionaram no período de 1930 a 1960. A tessitura de uma narrativa compreende o conectar das informações dispersas nas fontes históricas por vezes desconstruídas. Entretanto, o exercício de interpretação e exame minucioso possibilitou a identificação das instituições de formação de professoras/es da Paraíba no período em questão, conforme disposição no quadro abaixo:

Quadro 1 – Escolas Normais da Paraíba: 1930 a 1959

Nº	Município	Nome da Escola	Ano de criação dos cursos normais	Pública/Particular	Confessional/Laica	Feminina/mista
1	João Pessoa	Escola Normal da Paraíba	1885	Pública	Laica	Mista
		Escola Normal - Praça Felizardo Leite Instituto de Educação da Paraíba	1935			Mista
2	Alagoa Grande	Colégio N. S. do Rosário - Ensino Primário 1919	1930	Particular	Confessional	Feminina
3	Araruna	Escola Normal Pereira da Silva	[?]	Particular	Cônego Joaquim de S. Limões	Feminina
4	Areia	Escola Normal e Ginásio Santa Rita	1937	Particular	Confessional	Feminina
5	Bananeiras	Escola Normal Sagrado Coração de Jesus	1931	Particular	Confessional	Feminina
6	Campina Grande	Escola Normal Imaculada Conceição - SIC/ Damas	1931	Particular	Confessional	Feminina
7		Escola Normal João Pessoa, anexa ao Instituto Pedagógico em Campina Grande/PB	1928	Particular	Laica	Mista
8	Cajazeiras	Colégio Nossa Senhora de Lourdes - Curso normal e ginásial - 1928	1929	Particular	Confessional	Feminina
9	Catolé do Rocha	Colégio Normal Francisca Mendes	1939	Particular	Confessional	Feminina

Nº	Município	Nome da Escola	Ano de criação dos cursos normais	Pública/Particular	Confessional/Laica	Feminina/mista
10	Cuité	Escola Normal Regional Instituto América	1952	Particular	Laica / Sociedade de Professores/ Instituto América	[?]
11	Guarabira	Escola Normal Nossa Senhora da Luz	1939	Particular	Confessional	Feminina
12	Itabaiana	Escola Normal Regional Nossa Senhora da Conceição	1953	Particular	Confessional	Feminina
13	Itaporanga	Escola Normal Rural Padre Diniz	1945	Particular	Confessional	Feminina
14	Mamanguape	Escola Normal Regional Instituto Moderno	1949	Particular/ Filantrópica	Laica / Sociedade de Professores/ Instituto América	Feminina
15	Monteiro	Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes	1947[?] ¹	Particular	Confessional	Feminina
16	Patos	Escola Normal Cristo Rei	1949	Particular	Confessional	Feminina
17	Piancó	Escola Normal Regional Santo Antônio	1952	Particular	Confessional	Feminina
18	Pombal	Escola Normal Arruda Câmara	1949	Particular	Confessional/ Paróquia N. S. do Bom Sucesso	Feminina
19	Princesa Isabel	Escola Normal Monte Carmelo	1946[?]	Particular	Confessional	Feminina
20	Santa Luzia	Escola Normal Regional Santa Luzia	1947	Particular	Confessional	Feminina
21	Sousa	Colégio São José - Escola Normal / Escola Normal Regional São José	1939	Particular	Escola Normal Livre/fundada por vigários locais	Mista

O quadro acima apresenta o desenho da expansão do ensino normal na Paraíba, em cujo escrutínio por meio de diferentes fontes pesquisadas, foram identificadas vinte e uma (21) instituições relacionadas ao ensino normal na Paraíba. Das quais, apenas uma (1) era pública, a Escola Normal Oficial da Capital, iniciada como feminina e depois torna-se mista e laica. Tais instituições, majoritariamente devotada a educação da mulher, assentadas em princípios patriarcais, católico, cristão, e se encarregavam de incutir tais princípios na formação da professora, que no exercício do magistério, poderiam tornar-se em potenciais guardiãs dos valores morais cristã/católico. Algumas delas figuram como escola particular ou filantrópica, cujo acesso era gratuito para os/as alunos/as, embora a instituição pertencesse a alguma ordem religiosa/paróquia ou associação civil. A maior parte delas eram propriamente particulares e cobravam mensalidades dos/as alunos/as, ao mesmo tempo em que também recebiam subvenção do governo para ministrarem o ensino normal, tendo que cumprir os requisitos legais que regulava o ensino normal do estado, conforme o previa o “Art. 127º – Os estabelecimentos de ensino subvencionados são obrigados a manter, gratuitamente, um número de alunos nunca inferior a cinco por cento (5%) dos matriculados, que sejam reconhecidamente necessitados”. (PARAÍBA. LEI Nº 850, 1952b, p. 33).

Desta feita, foi constatada uma predominância absoluta de instituições privadas na oferta do ensino normal na Paraíba, contabilizando 20 escolas particulares e apenas 01 pública até 1959. Entretanto, logo nos primeiros anos da década de 1960, já foi possível identificar o surgimento de Escolas Normais Públicas, que se expandiram no decorrer das décadas de 1970 e 1980. A partir daí, é perceptível o crescimento de um movimento oposto, compondo um novo cenário no campo da formação docente no Estado da Paraíba, caracterizado pelo declínio da oferta dessa modalidade de ensino pelas instituições privadas, com o encerramento desses cursos normais nas escolas confessionais, enquanto se dava a ascensão dos cursos de formação de professores primário ofertados pelo Estado.

1 O ponto de interrogação indica que não foi constatada uma data específica da criação dessas escolas, considerando o desencontro nas informações identificadas.

A inserção na “era dos cursos normais confessionais na Paraíba”, termo cunhado neste estudo, suscitou a elaboração de um breve resumo referente ao surgimento de cada uma dessas instituições elencadas, indicando aquelas que já figuraram como objeto de estudo historiográficos acadêmicos, sobretudo aqueles que tratam de trajetórias e funcionamento das escolas normais no estado da Paraíba.

BREVE RESUMO SOBRE AS ESCOLAS NORMAIS IDENTIFICADAS NA PARAÍBA ATÉ 1959

1. **Escola Normal Oficial** (João Pessoa/Capital) - Foi criada ainda no contexto imperial, como em outras províncias, sendo que, a da Paraíba, teve sua primeira Escola Normal mista em 1884, mas instalada 1885. (KULESZA, 2008). Conforme Teixeira (2018) em 1935 a Escola Normal, mista foi incorporada ao recém criado Instituto de Educação da Paraíba - IEP (KULESZA, 2008; TEIXEIRA, 2018).
2. **Colégio N. S. do Rosário** - Situada no município de Alagoa Grande-PB, confessional, particular, dirigido pelas Irmãs da Congregação de Santa Doroteia, destinado a educação da mulher. Foi criado em 1919, ministrando o Ensino Primário. “O Colégio Nossa Senhora do Rosário, desde o princípio foi entregue ao magistério das Doroteias. Em 1930, foi criada a “Escola Normal Equiparada” (SILVA R., 2014).
3. **Escola Normal Pereira da Silva** - Situada no município de Araruna-PB, confessional, particular, criada por influência do Cônego Joaquim de S. Limões. Não identificamos nenhuma produção acadêmica sobre esta instituição, apenas constatamos o nome desta escola em quadro demonstrativo de dois (2) trabalhos de tese que tratam da história da formação docente, ou melhor de cursos normais na Paraíba (TEIXEIRA, 2018; SOARES M., 2016). Sobre esta instituição Soares M. (2016) informa-nos que tinha por responsável o Cônego Joaquim de S. Limões, acrescentando que “foi identificado apenas um pedido de abertura deste educandário”. (SOARES M., 2016, p. 98).

4. **Escola Normal e Ginásio Santa Rita** – Situados no município de Areia-PB, essa instituição era particular, confessional e católica. Fundada em 1908 para ofertar o curso primário, e, em 1937 foi instalado o Curso Normal. A instituição era dirigida por freiras da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, vindas da Alemanha. O Colégio Santa Rita era um liceu voltando apenas para educação feminina, tendo a sua criação decorrido dos esforços de religiosos como: Vigário Odilon e Dom Adalto que era bispo na época, e cogitou a ideia de se fundar no mesmo local uma escola feminina. Durante oito anos a escola funcionou sob a direção das Irmãs da Sagrada Família, com a oferta do ensino primário para meninas, quando deu-se o encerramento das aulas, alegando-se falta de recurso financeiro. Em 1930, foi decidida a reabertura da escola que era voltada apenas para as moças. Quando por volta de 1937, cerca de seis irmãs chegaram na cidade de Areia-PB, implantando o internato e o curso normal. (CORREIA, 2010; BEZERRA, 2017).
5. **Escola Normal Sagrado Coração de Jesus** – Situada no município de Bananeiras-PB, era particular, confessional, católica e devotada a educação feminina. O Colégio Sagrado Coração de Jesus, foi fundado em janeiro de 1918, pela Congregação de Santa Dorotéia do Brasil, ministrando o Curso Primário. Em 19 de outubro de 1931, deu-se a instituição do “Curso Normal Equiparada” à Escola Normal Oficial por meio do Decreto Lei nº 200, tornando-se a primeira instituição a prover o Curso de Formação de Professores no município de Bananeiras/PB, iniciado em 1932, com o incentivo/subvenção do Governo do Estado. Em 1949, foi instalado o Curso Ginásial. Este educandário encerrou as suas atividades educativas em 1975. (AQUINO, 2012; 2018; ANDRADE; PONCIANO, 2019).
6. **Escola Normal João Pessoa** – Situada no município de Campina Grande-PB. Particular, laica, anexa ao Instituto Pedagógico ambos fundado em 1928. A Escola Normal foi criada pela professora Otilia Sampaio Xavier, ficando equiparada à Escola Normal do Estado pelo Decreto n. o 1.615, de 9 de dezembro de 1929. Em 1942, este curso passou a

- compor uma modalidade do Ginásio, sendo chamada apenas como Curso Normal. (ANDRADE, 2014; 2017).
7. **Escola Normal Imaculada Conceição** – Situada no município de Campina Grande-PB, particular, confessional, cristã, sob a responsabilidade da Rede/Congregação Filhas de Jesus. Conforme o site da escola, o Colégio Imaculada Conceição (CIC Damas), foi fundada no dia 1º de março de 1931, recebendo este nome em homenagem à padroeira da cidade. Não foram identificadas maiores informações sobre o curso normal nesta escola, além das registradas no referido site (<https://cicdamas.com.br/o-colegio>). Acesso em 12 de maio de 2020.
 8. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes** – Situado no município de Cajazeiras-PB, confessional, católico, particular e misto. O Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Cajazeiras/PB, surgiu em 1928, como uma instituição ligada à Congregação das Irmãs de Santa Doroteia. Neste mesmo ano começou a trajetória da fundação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes destinado a educação feminina originando-se dali a Escola Normal de Cajazeiras, dirigida pelas Irmãs de Santa Doroteia, permanecendo até 1983. (SOUSA D., 2018).
 9. **Escola Normal Francisca Mendes** – Situada no município de Catolé do Rocha-PB, confessional, particular, feminino, funcionou nos anos de 1939 a 1959. Passou a ser subsidiada somente em 1939, sob a direção das irmãs Franciscanas de Dilligen. Tinha o objetivo de formar professoras para o ensino primário, e também estabelecer o ensino católico. Em 1946, o Curso Normal em Catolé do Rocha passou a se chamar ‘Curso normal Regional’, a fim de ajustar-se aos dispositivos da Lei Orgânica do Ensino Normal, estabelecida pelo Decreto-Lei 8.260 de 02 de janeiro de 1946, que deu organicidade aos cursos normais a nível nacional, imprimindo o controle do processo de formação dos professores. (SOUSA, M., 2012).
 10. **Escola Normal Regional Instituto América** – Situada no município de Cuité-PB, particular, laica, criada em 1951, pela Sociedade de Professores/Instituto América. Tratava-se de

um grupo de profissionais e intelectuais de destaque da cidade (médico, Juiz de Direito; odontólogo, padre, advogado, etc), que entoava o discurso em defesa de um ensino mais qualificado, dando origem a Escola Normal regional de Cuité. A primeira turma concluinte do Instituto América, Escola Normal Regional de Cuité, ocorreu no ano de 1955, constavam 11 normalistas. O ingresso no Curso Normal dependia da aprovação no Exame de Admissão. (SILVA Enoque, 2011; SOARES M., 2016).

11. **Escola Normal Nossa Senhora da Luz** – Situada no município de Guarabira-PB, particular, confessional e católica. Criada em 1939, pelo Decreto nº 1413 de 29 de maio – Pertencia a Diocese de Guarabira, dirigida pelas Irmãs da Congregação dos Pobres de Santa Catarina de Sena. Em 01 de julho de 1937, foi fundada a Escola Primária Sta. Catarina de Sena, com fins filantrópicos. Em 29 de maio de 1939, saiu a autorização oficial mediante Decreto Estadual nº 1413, para o funcionamento da Escola Normal Nossa Senhora da Luz. Sua primeira Turma de 19 professoras se formou em 27 de novembro de 1941. Em 1949, tem início o Curso Ginásial e em 1951, começou a funcionar o Ensino Infantil. Em 1979 formou-se a última turma do Pedagógico à época das Irmãs. (HISTÓRICO..., 2021).
12. **Escola Normal Regional Nossa Senhora da Conceição** – Situada no município de Itabaiana-PB, particular/filantrópica, confessional, era administrado pela Irmandade Catarina de Sena e nele funcionou o Curso Normal Regional, até 1965, quando passou a oferecer o Curso Pedagógico. Esta instituição foi inaugurada em 15 de novembro de 1953, como “Colégio Nossa Senhora da Conceição para funcionar o ensino primário na cidade de Itabaiana. (SILVA Eliane, 2012).
13. **Escola Normal Monte Carmelo ‘Padre Diniz’** – Situada no município de Itaporanga-PB, particular/filantrópica, confessional, fundada pelas Irmãs Missionárias Carmelitas em 1945, quando teve início a primeira Escola de Ensino Médio, reconhecida pelo Decreto Lei nº 1.099 de maio de 1947, denominada Escola Normal Monte Carmelo “Padre

Diniz". Em 1949 conclui a primeira Turma de Normalistas. Não foram encontradas outras informações ou publicação sobre esta instituição, além das registradas neste site. (<http://itaporangapb.blogspot.com/2014/12/os-primeiros>). Acesso em 29 de maio de 2020.

14. **Escola Normal Regional Instituto Moderno** - Situada no município de Mamanguape-PB, particular/filantrópico, laico, fundado por uma sociedade de professores. A criação do Curso Normal Regional de Mamanguape (1º ciclo do ensino normal), se deu pelo Decreto nº. 151, de 24 de março de 1949, funcionado até 1957, quando houve a conclusão da última turma do Curso Normal Regional no município. A preferência dos discentes pelo curso ginásial instalado no ano de 1952 no Instituto Moderno (abrigo de outras instituições, entre elas o Curso Normal Regional de Mamanguape e o Ginásio Mathias Freire) foi um dos fatores alegados para o encerramento das atividades do curso de preparação de professoras para o ensino primário. (SOARES M., 2016).
15. **Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes** - Situada no município de Monteiro-PB, particular, confessional, dirigida pela Congregação das Irmãs de Nossa Senhora de Lourdes (Irmãs Lourdinias). Em 1947, há registros do funcionamento da primeira turma do curso normal, já no exercício do 3º ano com 10 alunas, significando que ela já existia a pelo menos dois anos. Em 1952, foi criado o curso pedagógico, que teve a conclusão da primeira turma em 1954. (<http://lourdinasmonteiropb.blogspot.com/p/historia>). Acesso em 15 de maio 2020.
16. **Escola Normal Cristo Rei** - Situada no município de Patos-PB, particular, confessional, o Colégio Cristo Rei funcionou provisoriamente, numa casa particular, até 1938, quando se deu a sua regularização, à época em que chegaram (17 de fevereiro) as primeiras irmãs da Congregação das Filhas do Amor Divino em Patos, a quem foi confiada a direção da escola, tendo a Irmã Anunciada Caldas, como a primeira diretora desta instituição. Em 19 de março de 1949, era criada a Escola Normal, que funcionaria no Colégio Cristo Rei. Não foram identificadas outras informações

sobre o curso normal nesta escola, além das registradas neste site (<https://www.ccrei.com.br/historia.php>). Acesso em 15 de maio 2020.

17. **Escola Normal Regional Santo Antônio** – Situada no município de Piancó-PB, particular, confessional. O Colégio do Vale do Piancó foi fundado em 28 de agosto de 1952, pertencendo à Igreja Católica, e nele foi criada a Escola Normal Regional Santo Antônio, comandada pelas Irmãs Carmelitas até 1986, ano em que o Governo do Estado da Paraíba assumiu. <<http://revistadasemana.com/v3/2018/12/09/populacao-de-pianco-pb-vai-as-ruas-em-defesa-da-escola-estadual-santo-antonio>>. Acesso em 03 de junho do 2020.
18. **Escola Normal Arruda Câmara** – Situada no município de Pombal-PB, particular, confessional, vinculado a Paróquia Nossa senhora do Bom Sucesso. Não foram encontradas publicações sobre a trajetória desta instituição, nem indicativos relacionados a qual Congregação Católica pertencia. Entretanto Soares M. (2016, p. 97) informa que a direção escolar era “feita pela irmã Josefina Aires, além de um corpo docente significativo de freiras, o que a caracteriza, a nosso ver, o vínculo da mesma com o cenário católico por hora apresentado”. No “ano de 1949 foi terminada a construção da Escola Normal Arruda Câmara a qual, tempos depois, passou a ser denominada de Escola Normal Josué Bezerra”. (CASTELO BRANCO, 2013).
19. **Escola Normal Monte Carmelo** – Situada no município de Princesa Isabel-PB, confessional, particular, dirigida pela Congregação das Irmãs Missionárias Carmelitas. Sobre o funcionamento desta instituição, destaca-se o registro de que a Escola Normal recebeu verba do governo federal, o que confirma a sua existência. O Governo Federal com base no Decreto Nº 21.731, de 29 de agosto de 1946, concede subvenções de Cr\$ 7.000,00, para a Escola Normal Monte Carmelo - Princesa Isabel 2.000,00”. Legislação Informatizada <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21731-29-agosto-1946-341890-publicaca>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

No período entre 1930 a 1959, foram identificadas, em diferentes fontes pesquisadas, vinte e uma (21) instituições relacionadas ao ensino normal na Paraíba. Das quais, apenas uma (1) era pública, a Escola Normal Oficial da Capital, iniciada como escola feminina e tornando-se mista e laica. A partir de 1935, a Escola Normal de João Pessoa foi incorporada ao Instituto de Educação da Paraíba, sendo a escola normal modelo para as demais no Estado.

As outras vinte (20) instituições localizadas nos diferentes municípios eram de caráter privado, embora algumas se caracterizassem como filantrópicas, mas não integravam o rol de instituição pública estadual, sendo majoritariamente administrado por religiosas(os), sobretudo, congregações de freiras, configurando-se a seguinte distribuição:

- Uma (1) Escola Normal pública, laica e mista: a Escola Normal Oficial, vinculada ao Instituto de Educação da Paraíba;
- Três (3) Escolas Normais administradas por grupos/associações laicas: 1) Campina Grande - Escola Normal João Pessoa; 2) Cuité - Escola Normal Regional Instituto América; 3) Mamanguape - Escola Normal Regional Instituto Moderno;
- Quatorze (14) Escolas Normais sob responsabilidades de Congregações de freiras: 1) Alagoa Grande - Colégio Nossa Senhora do Rosário; 2) Areia - Escola Normal e Ginásio Santa Rita; 3) Bananeiras - Escola Normal Sagrado Coração de Jesus; 4) Campina Grande - Escola Normal Imaculada Conceição; 5) Cajazeiras - Colégio Nossa Senhora de Lourdes; 6) Catolé do Rocha - Colégio Normal Francisca Mendes; 7) Guarabira - Escola Normal Nossa Senhora da Luz; 8) Itabaiana - Escola Normal Regional Nossa Senhora da Conceição; 9) Itaporanga - Escola Normal Rural Padre Diniz; 10) Monteiro - Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes; 11) Patos - Escola Normal Cristo Rei; 12) Piancó - Escola Normal Regional Santo Antônio; 13) Princesa Isabel - Escola Normal Monte Carmelo; 14) Santa Luzia - Escola Normal Regional Santa Luzia;
- Três (3) Escolas Normais sob Responsabilidade de Cônego/padre/pároco/vigários do município: 1- Araruna - Escola Normal Pereira da Silva; 2- Pombal - Escola Normal Arruda Câmara; 3 - Sousa - Colégio São José - Escola Normal.

Percebe-se que a formação docente no estado da Paraíba, foi fortemente marcado pela ação missionário católica cristã, que conduziam os cursos normais, articulando instrução e religião. Esse processo já vinha em construção desde a passagem do século XIX para XX, se fazia presente na sociedade brasileira nos diferentes estados e regiões. Na Paraíba, houve uma intensificação e expansão de escolas confessionais nas cidades interioranas após a primeira década do século XX, para a oferta do ensino primário inicialmente, e em boa parte destes educandários foram instalados os cursos de formação de professores.

A exemplo de São Paulo, em vários outros estados, as escolas normais foram vistas pelos políticos da época como solução necessária ao preparo em número suficiente de professores para atender à difusão do ensino primário. Por outro lado, a equiparação atendia ao interesse dos proprietários de escolas normais livres, dos alunos e dos municípios que desejam contar com a presença de uma instituição desse tipo na localidade. (SANTOS; SOUZA, 2014). A chegada maciça de Congregações Religiosas e a fundação de numerosas Escolas Católicas no Brasil depois da Proclamação da República, que se declarara laica e havia rompido as ligações com a Igreja, parece paradoxal. (ALVES, 2002).

A ação articulada da igreja católica no campo da educação, se explica como reação à restituição da escola como espaço de formação religiosa. Nesta perspectiva, os cursos que formariam as professoras das futuras gerações, se mostravam, um lugar estratégico, e em potencial para a manutenção e ampliação da educação conservadora dos valores da moral cristã, feminina, confessional e de catequese, associado à instrução. A apreensão da pesquisa histórica com processo dinâmico norteou a realização do inventário das instituições que ofertaram os cursos de formação docente no Estado da Paraíba, revelando aí possibilidades de novos estudos e pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Estado da Paraíba, é notória a predominância da oferta de cursos normais, em escolas particulares, confessionais/católicas e feminina. Portanto, envolto ao que ficou conhecido como feminização

do magistério, concebendo-se a docência do ensino primário como atividade para mulheres, assentada em valores patriarcais, potencializado pela formação católica e cristã. Desta feita, das vinte e uma (21) escolas normais identificadas, dezessete (17) estavam sob a responsabilidade de alguma ordem ou congregação religiosa.

O incentivo do Estado para a instalação de cursos normais em instituições particulares subvencionadas equiparadas ou livres, pode ser interpretado a priori, como um meio de aliviar a tensão relativa as demandas de professores habilitados para o ensino primário, refletindo a ausência de política pública voltada para a formação de professores(as), quando se entende que a popularização da formação docente deveria ser uma obrigação governamental.

A difusão dos cursos normais por meio de escolas particulares e confessionais, ocorreu também em outros estados. Mas particularmente na Paraíba, o interesse de expansão dos cursos normais, ia além da necessidade da formação docente, considerando que o recrudescimento de escolas confessionais católica feminina, e, da oferta de cursos de formação de professores por elas, não se restringe somente ao fato da ausência ocasional do Estado. Todavia, tratava-se também de ações intencionais, articuladas por representante da igreja e do Estado, que se uniam em defesa da catolicidade, arregimentando ordens e congregações religiosas/católicas para administrarem escolas confessionais locais.

As escolas compreendidas nesta pesquisa, apresentaram no decorrer do período demarcado (1930 a 1959/60) várias denominações: Escola Normal Oficial, Escola Normal Equiparada, Escola Normal Livre, Escola Normal Regional de 1º Ciclo, Escola Normal de 2º Ciclo, Curso Pedagógico e ainda Escola Normal Colegial. Isto se deve principalmente, às diferentes reformas educacionais que iam apresentando novas nomenclaturas e modalidades de cursos para a formação docente. Nos resumos indicativos e no quadro um (1), foram mantidas as denominações adotada na época da criação dessas instituições, ou melhor, o nome de origem dessas no ato de sua criação, quando houve a sua demarcação histórica no campo da formação docente, no âmbito de cada um dos municípios cede.

Até porque uma determinada escola em conformidade com o seu contexto, poderia assumir diferente estrutura curricular, ou categoria, bem como ia variando sua nomenclatura em conformidade

com a legislação vigente em cada época. Tais especificidades, só serão compreendidas com profundidade, mediante a pesquisa historiográfico tendo a trajetória da instituição como objeto de estudo. Ao investir-se por essa via, tomando a trajetória histórica de uma instituição que desempenhou papel relevante para profissionalização docente do local, fortalece a memória da educação do município, e suas articulações com história da educação regional e nacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino?: a feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. (et al.) (org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 53-100.

ALVES, Manoel. A escola católica, uma história de serviço ao povo e à nação brasileira. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 3, n.7, p. 37-62, set./dez. 2002.

ANDRADE, Vivian Galdino de; PONCIANO Josefa Celiane Trindade. **Tecer uma história e fiar os retalhos**: o Colégio Sagrado Coração de Jesus em Bananeiras. In.: SANTOS, Alexandro dos. Cultura escolar e práticas educativas: modos de viver e pensar a história da educação. EDUFCEG, Campina Grande, 2019, p. 53-79

ANDRADE, Vivian Galdino. **Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade**: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942). 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba - PPGE, João Pessoa, 2014. 302f.

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Escola Normal João Pessoa**: formação do professorado em Campina Grande (1928-1942). *Revista Lugares de Educação [RLE]*, Bananeiras-PB, v. 7, n. 14, p. 57-71, Jan./Jul. 2017, ISSN 2237-1451 Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/index>

APPLE, Michael W. **Trabalhos docentes e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Tradução: Thomaz

Tadeu da Silva, Tina Amado e Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

AQUINO, Luciene Chaves de. **Formação docente, educação feminina e religiosidade: reflexões sobre o curso normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Bananeiras/PB (1932- 1950)**. IX Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação. Lisboa: Editora do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012, p. **5951- 5965**.

AQUINO, Luciene Chaves de. **Educação escolar católica e formação docente: cultura escolar e práticas educativas do Educandário "Sagrado Coração de Jesus" (1931-1973)**. XIII CIHELA. Montevideo/Uruguai. 2018.

BEZERRA, Nayhara G. L.; FERREIRA, César da S.; BELÉNS, Jussara N. M. **O lugar do Colégio Santa Rita na trajetória de vida de suas alunas no ano de 1937 em Areia -PB**. IV CONEDU, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37.

BRASIL, **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Decreto-Lei N. 8.530 de 2 janeiro de 1946. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>>. Acesso em: mar/2021.

CASTELO BRANCO, Maria Vilânia, T. **Educação do campo: zona rural do Pombal (PB)**. Monografia (Especialização). Universidade Estadual da Paraíba, 2013.

CAVALCANTE, Ana Paula Mendes Rodrigues. **Um jogo de lembranças: gênero, cultura e história local na prática educativa de Julieta Pordeus Gadelha (1950-2000).** Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação PPGED/UFRN, Natal, 2016.

CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação católica, gênero e identidades: O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana (1937-1970).** Tese (Doutorado em Educação). PPGE/UFPB – João Pessoa/PB, 2010.

DANTAS, Pedro Anísio Bezerra. Discurso pronunciado pelo Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas, na festa de Colação de Grau da Escola Normal de João Pessoa, em novembro de 1935. **Revista do ensino.** Órgão do Departamento de Educação. João Pessoa, ano 4, n. 12, p. 7-15, maio de 1936. Disponível em <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em 28 de julho de 2018.

HISTÓRICO: **Colégio Nossa Senhora da Luz** - Guarabira - PB (1936 -2019). <<https://www.colegiodaluz.com.br/pagina.php?pg=1>> Acesso em 05 de maio do 2021.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Formação histórica da Escola Normal da Paraíba. In: ARAÚJO, José Carlos S.; FREITAS, Ana Maria G. B. de; LOPES, Antônio de P. C (orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República.** Campinas, SP: Alínea, 2008.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, Justino. A história das instituições educativas em perspectiva. In.: GATTI JÚNIOR; Décio; INÁCIO FILHO, José (Orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 91- 103

MAGALHÃES, Justino. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação.** V.18, n.1, p. 9-20, jan./abr. 2019, (On Line).

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956. (Coleção Arquivos Paraibanos).

PARAÍBA. Lei Nº 16. Reforma a Instrução Pública do Estado e cria o Departamento de Educação. **Revista do ensino**. Órgão do Departamento de Educação. João Pessoa, anno 4, n. 12, p. 3-5, maio de 1936. Disponível em <<https://issuu.com/revistadoensino>>. Acesso em 28 de junho de 2022.

PARAÍBA. Decreto-Lei Nº 921, de 30 de dezembro de 1946. Adapta à Legislação Federal o sistema de ensino normal do Estado. **A União**, parte oficial, p. 10, 31/12/1946.

PARAÍBA. Lei Nº 722, de 04 de janeiro de 1952. Cria a Superintendência do Ensino Normal do Estado da Paraíba. **A União**, parte oficial, 04 de jan. de 1952a.

PARAÍBA. **Lei Nº 850, de 06 de dezembro de 1952**. Dá organização ao Ensino Normal do Estado da Paraíba. (Mimeografado). 06 de dez. de 1952b.

SANTOS, Maria Rúbia dos; SOUZA, Rosa Fátima. O Ginásio Municipal e a formação de professores: a Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara (1928-1939). In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; ZANCUL, M. C. de S. (Orgs.). **O Ginásio da Morada do sol: história e memória da Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara**. São Paulo Unesp, 2014.

SILVA, Enoque Bernardo da. **História do Grupo Escolar professor Maciel a partir das memórias de suas professoras (1956 a 1971)**. Dissertação (mestrado). João Pessoa, 2011. 119f.

SILVA, Eliane de Moura. **O ensino no Grupo Escolar Vidal de Negreiros (GEVN) nas décadas de 1940 A 1960**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2012.

SILVA, R. de O. **Uma instituição escolar católica em Alagoa Grande: as Irmãs Doroteias e o Colégio Nossa Senhora do Rosário (1917 -1919)**.

2014. 44f. Monografia Graduação em História) - UEP, Campina Grande, 2014.

SOARES, Maria Valdenice Resende. **Curso Normal Regional de Mamanguape - PB (1949-1957): educação redentora para ascensão e controle social**. Tese (Doutorado em Educação). UFRN/PPGED, Natal, 2016 196 f.

SOUSA, Maria Cleide Soares de. **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha/PB - 1939 a 1959**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPB, 2012.

SOUSA, Débia Suênia da Silva. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes: culturas escolares em Cajazeiras-PB (1949- 1983)**. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação PPGED/UFRN, Natal, 2018.

TEIXEIRA, Mariana Marques. **O Instituto de Educação da Paraíba: uma história de formação docente (1935-1956)**. Tese (Doutorado). PPGE/UFPB/CE. João Pessoa, 2018, 326 f.

VILLELA, Heloísa de O. S. Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos S.; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. C (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

SITES CONSULTADOS

<<https://cicdamas.com.br/o-colegio>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

<<http://lourdinasmonteiropb.blogspot.com/p/historia>>. Acesso em 15 de maio 2020.

<<https://www.ccrei.com.br/historia.php>>. Acesso em 15 de maio 2020.

<<http://itaporangapb.blogspot.com/2014/12/os-primeiros>>. Acesso em 29 de maio de 2020. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21731-29-agosto-1946-341890-publicaca>>. Acesso em 12 de maio de 2020.